

"Esta eleição vira o ciclo de uma geração, pois os velhos líderes estão entrando no ocaso."

Aécio Neves, candidato a governador em Minas Gerais pelo PSDB, ontem, sobre o declínio do poder de caciques da política como o ex-senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Bolsas, redes e metas



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

O segundo mandato do presidente Fernando Henrique estabeleceu um novo regime de política econômica caracterizado por três inovações: câmbio flutuante, metas inflacionárias e Lei de Responsabilidade Fiscal. Mudanças desses elementos no próximo mandato presidencial estariam restritas pelas condições de vulnerabilidade macroeconômica como pela estrutura de incentivos imposta externamente à economia tupiniquim. De um lado, temos a "cenoura" do empréstimo do FMI onde o cumprimento das condicionalidades garante acesso a 24 bilhões de dólares ao longo dos próximos anos.

Este financiamento funciona como um ímã ou atrator aos princípios do Consenso de Washington. Por outro lado, temos o caso argentino demonstrando que desvios de rota de alguns princípios básicos na esfera pública, não serão financiados. A tragédia portenha tem sido fartamente documentada ao vivo e a cores.

Este é o "porrete" ou mecanismo repulsor à situação formada no país vizinho. O que pode ser chamado de Dissen-

so de Buenos Aires, é caracterizado pela incapacidade de convergência política a princípios comuns desde a ruptura do pacto da conversibilidade.

Por aqui, a coincidência de opiniões e propostas entre os candidatos presidenciais impressiona. Parte deste consenso deve ser explicada pelo domínio exercido pelo resultado das pesquisas de opinião junto aos candidatos e seus generais marqueteiros. Desemprego e violência ocupam o topo das preocupações dos entrevistados e das propostas dos candidatos. Talvez pela semelhança de contextos entre a eleição de agora e a de 1998 — ambas foram antecedidas por sucessivas crises externas — as preocupações de agora pouco mudaram em relação àquelas de quatro anos atrás.

É como se a extrema aversão a risco observada nos mercados financeiros atingisse o mercado eleitoral, resultando em poucas inovações no debate. A diferenciação do produto eleitoral tem se dado por questões mais pessoais como o temperamento mais agressivo, ou mais light dos candidatos. As propostas são parecidas: críticas à situação econômica vigente mas sem oferecer em contrapartida uma agenda de modernização do país. A coincidência temporal ocorrida entre a implementação de reformas estruturais e os efeitos de crises externas levaram a conclusões causais duvidosas do tipo: reformas causam crise. O que tem induzido ao saudosismo dos tem-

pos de substituição das importações.

Outra característica do debate presidencial tem sido a pouca ênfase dada a questões sociais de fundo, como pobreza e desigualdade. O que representa frustração de expectativas face alguns meses atrás quando as palavras de ordem eram "fome zero" e "tudo contra a desigualdade". A bandeira anti-desigualdade é complicada de ser portada em períodos pré-eleitorais pois necessariamente revela perdedores. A questão da pobreza seria politicamente mais palatável que a da desigualdade por focar em grupos vencedores. Entretanto, 45% dos nossos miseráveis tem menos de 16 anos e estão fora portanto do mercado eleitoral.

A inovação estaria na área social, o qual pode ser pensada a partir de três elementos novos, a saber: upgrades na estrutura herdada do projeto Alvorada; criação de redes de proteção e trampolins sociais nas grandes cidades e adoção de compromissos com metas sociais palpáveis.

De maneira geral, o objetivo da política social pode ser resumido na busca de propriedades básicas: foco, persistência e alavacagem. O projeto Alvorada compartilha destes atributos. O foco em municípios com baixos índices de desenvolvimento humano aliado ao teto individual de renda familiar per capita de meio salário mínimo. A adoção de critérios técnicos objetivos e pro-

gressivos representa uma revolução na nossa política social de características tradicionalmente coronelísticas.

A persistência dos efeitos das bolsas monetárias distribuídas é potencializada pelo condicionantes de acesso às bolsas como frequência escolar, erradicação do trabalho infantil, vacinação etc que também potencializam o retorno das ações empreendidas. O que o Alvorada talvez necessite é alavancar mais o retorno das ações, zelando mais pela qualidade dos ativos adquiridos pelos pobres, como a educação, e conferindo

O empréstimo do FMI funciona como atrator ao Consenso de Washington e a crise vizinha como repulsor ao Dissenso de Buenos Aires

maior sofisticação das formas de financiamento dos pobres. A forma de antecipar um futuro mais promissor engendrado pela acumulação de capital pelas crianças é através do mercado de crédito. Os pobres não podem esperar pelos efeitos da maior educação.

A segunda vertente social passa pelo desenvolvimento de uma abordagem integrada para a crise metropolitana cuja melhor tradução se encontra na inversão dos fluxos migratórios, agora de saída dos grandes aglomerados urba-

nos. A idéia seria desenvolver uma estratégia integrada, à semelhança do Alvorada, cujo fim seria a reabilitação das cidades grandes. A diferença é que a clientela das redes aqui são, muitas vezes, pessoas que acumularam ao longo de suas vidas alguns ativos, como educação e experiência mas que precisam se reconverter a uma nova realidade imposta pelas mudanças recentes do mundo e pela maior abertura a estas mudanças. A ênfase deveria recair no desenvolvimento de um aparato creditício e de reconhecimento de direitos de propriedade — regularização fundiária — que permitissem aos perdedores das crises e das reformas se restabelecerem em novas bases.

Finalmente, a terceira vertente social seria a adoção de metas sociais. O papel das metas é não só coordenar, disciplinar e motivar as ações sociais. O ideal é que elas também viessem acopladas de aparato creditício. No esquema de crédito social as unidades que avançassem mais nos indicadores sociais teriam acesso a maiores recursos no período seguinte. Esta estrutura de incentivos potencializaria o retorno social do conjunto de ações assumidas.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br